This is a open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Licence

DOI: 10.5216/rppoi.v19.69674
EDUCAÇÃO

O TRABALHO DOCENTE NA UNIVERSIDADE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: PRÁXIS E ALIENAÇÃO

THE TEACHING WORK OF THE UNIVERSIDAD IN THE CONTEXT OF THE PANDEMIA DEL COVID-19: PRAXIS Y ALIENACIÓN

LA OBRA DOCENTE DE LA UNIVERSIDAD EN EL CONTEXTO DE LA PANDEMIA DEL COVID-19: PRAXIS Y ALIENACIÓN

José Firmino de Oliveira Neto[1] - ORCID https://orcid.org/0000-0003-0782-2149
Dalva Eterna Gonçalves Rosa[2] - ORCID https://orcid.org/0000-0001-8112-2752
Leandro Gonçalves Oliveira[3] - ORCID https://orcid.org/0000-0002-6570-643X

RESUMO
O presente texto objetiva (re)pensar, mediante um processo de reflexão crítica, o trabalho docente na Universidade no contexto da COVID-19. Assim, apresentamos aspectos do cenário instaurado, sobretudo como este aflorou problemáticas sociais e evidenciou a política segregadora estabelecida no Brasil desde o início do pleito presidencial no ano de 2018. No campo da educação a condição da quarentena impôs o que ficou conhecido, no âmbito das Universidades brasileiras, como regime de aulas não presenciais (REANP), mais uma vez segregando e distanciando os sujeitos sociais da luta política. Professores e alunos se encontraram do dia para a noite inseridos em uma "aula outra", não havia mais o espaço físico (o concreto) – a sala de aula, mas plataformas e programas desconhecidos que tiveram que ser implementados sem o auxílio de uma formação nem mesmo técnica, quiçá crítica e reflexiva. Por fim, alicerçados na concepção de educação crítica, abordamos ainda que as categorias do materialismo histórico dialético, a citar: trabalho, alienação, ideologia, classe social, contradição, negação, totalidade, universalidade, mediação, infraestrutura e superestrutura, são oportunas para leitura do trabalho docente na Universidade, em suma dos nexos internos e contraditórios do mesmo, possibilitando a compreensão crítico-reflexiva, por exemplo, da natureza da aula universitária remota.

Palavras-chave: Práxis. Alienação. Trabalho docente. Universidade. Covid-19.

[1] Universidade Federal de Goiás, Campus Goiás. E-mail: josefirmino@ufg.br.
[2] Universidade Federal de Goiás. E-mail: dalvaeterna@gmail.com.
[3] Universidade Federal de Goiás. E-mail: legospy@gmail.com.

ABSTRACT
This text aims to (re)think, through a process of critical reflection, the teaching work at the University in the context of COVID-19. Thus, we present aspects of the established scenario, especially how it surfaced social problems and evidenced the segregation policy established in Brazil since the beginning of the presidential election in 2018. In the field of education, the quarantine condition imposed what became known, within the scope of Brazilian universities, as a system of non-presential classes (REANP), once again segregating and distancing social subjects from the political struggle. Teachers and students found themselves overnight inserted in an "other class", there was no longer the physical space (the concrete) - the classroom, but unknown platforms and programs that had to be implemented without the help of training not even technical, perhaps critical and reflective. Finally, based on the concept of critical education, we also discuss that the categories of dialectical historical materialism, namely: work, alienation, ideology, social class, contradiction, denial, totality, universality, mediation, infrastructure and superstructure, are opportune for reading of the teaching work at the University, in short, of its internal and contradictory nexuses, enabling a critical-reflective understanding, for example, of the nature of remote university classes.

Key words: Praxis. Alienation. Teaching work. University. COVID-19.

RESUMEN
Este texto tiene como objetivo (re) pensar, a través de un proceso de reflexión crítica, la labor docente en la Universidad en el contexto del COVID-19. Así, presentamos aspectos del escenario establecido, especialmente cómo surgieron problemas sociales y evidenciaron la política de segregación establecida en Brasil desde el inicio de las elecciones presidenciales en 2018. En el campo de la educación, la condición de cuarentena impuso lo que se conoció, dentro de la ámbito de las universidades brasileñas, como sistema de clases no presenciales (REANP), segregando y alejando una vez más a los sujetos sociales de la lucha política. Profesores y alumnos se encontraron de la noche a la mañana insertados en una "otra clase", ya no existía el espacio físico (lo concreto) - el aula, sino plataformas y programas desconocidos que debían implementarse sin la ayuda de una formación ni siquiera técnica, quizás crítica y reflexivo. Finalmente, con base en el concepto de educación crítica, también discutimos que las categorías del materialismo histórico dialéctico, a saber: trabajo, alienación, ideología, clase social, contradicción, negación, totalidad, universalidad, mediación, infraestructura y superestructura, son oportunas para la lectura de la labor docente en la Universidad, en definitiva, de sus nexos internos y contradictorios, posibilitando una comprensión crítico-reflexiva, por ejemplo, de la naturaleza de las clases universitarias a distancia.

Palabras clave: Praxis. Alienación. Trabajo docente. Universidad. COVID-19.

Data de submissão: 15/07/2021
Data de aceite: 23/05/2022

INTRODUÇÃO

> [...] o mundo é inacabado, está em constante construção e transformação. A sociedade é condicionada pelos contextos econômico, político e cultural, passível de ser transformada pela ação do homem. O homem, por sua vez, é um ser histórico e social, inserido em um determinado contexto (SOUZA; MAGALHÃES; GUIMARÃES, 2014, p. 50).

Ao considerarmos a perspectiva do materialismo histórico dialético podemos destacar importante tese de Marx quando o autor salienta o caráter descontínuo e mutável da vida humana, e ainda do conhecimento. Assim, homem e conhecimento são, como reiteram Souza, Magalhães e Guimarães (2014), inacabados, ou mesmo, estão em contínua e progressiva transfiguração, posto serem fruto de uma realidade pseudoconcreta, dialética e contraditória.

Desde meados da década de 1990 observamos que o Brasil tem intensificado a reconfiguração de políticas públicas alinhadas aos interesses da hegemonia (organismos multilaterais). Como reitera Gomide (2010, p. 109) "na perspectiva econômica, o Brasil, estabeleceu uma nova configuração societária, ancorada no ideário capitalista", ganhou força à "pedagogia da hegemonia" (NEVES, 2005), um processo que tem fomentado uma educação para o consenso social, quer seja, a-crítica e a-histórica. Portanto, é com esse retrato, de uma sociedade desigual, que buscamos discutir neste texto, o trabalho docente na Universidade no contexto da COVID-19.

No início de 2020 o mundo foi pego de surpresa com um vírus avassalador, e podemos dizer que mortal, afinal, no Brasil foram mais de 525.000 mortes, o que (re)significou o nosso olhar e entendimento sobre o mundo, o sujeito social, o conhecimento, a educação, a Universidade e a Ciência. Esse movimento desestabilizou o mundo, e por consequência, como parte dele, a Universidade pública brasileira, que já desacreditada pelo atual governo, não sabia o que (re)fazer, posto que até então os registros históricos de pandemias eram escassos, bem como os referenciais teóricos vigentes não dialogavam acerca de um processo educacional outro, diferente do que precisaríamos iniciar.

A quarentena, em função do COVID-19 aflorou problemáticas sociais e evidenciou a política segregadora estabelecida no Brasil desde o início do pleito presidencial no ano de 2018. Essa condição outra, de distanciamento social, silenciou o sujeito, modificando as relações sociais. Como evidenciam Magalhães e Moura (2020, p. 52) "a quarentena, portanto, tem consagrado o período como portador de grandes dramas sociais e pessoais. Seu caráter iniludível, tem tornado o diálogo/a palavra oca". Nesse sentido, aproximando-nos dos dizeres freireanos afirmamos que "não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão", afinal "existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo" (FREIRE, 1996, p. 77).

No campo da educação a condição da quarentena impôs o que ficou conhecido, no âmbito das Universidades brasileiras, como "regime de aulas não presenciais" (REANP), mais uma vez segregando e distanciando os sujeitos sociais da luta política. Professores e alunos se encontraram do dia para a noite inseridos em uma "aula outra", não havia mais o espaço físico (o concreto) – a sala de aula, mas plataformas e programas desconhecidos que tiveram que ser implementados sem o auxílio de uma formação nem mesmo técnica, quiça crítica e reflexiva.

Vê-se, portanto, através dos atos e sanções do Ministério da Educação as mudanças, em razão da pandemia da COVID-19, que passamos a elucidar. Inicialmente a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, dispõe acerca da substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais; seguimos com a Portaria nº 345, de 19 de março de 2020, que

alterava a portaria mencionada anteriormente. O Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020, que trata da reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual evidenciada, dentre outras questões, distintas recomendações para o ensino superior neste período, quais sejam:

> • adotar a substituição de disciplinas presenciais por aulas não presenciais;
> • adotar a substituição de atividades presenciais relacionadas à avaliação, processo seletivo, TCC e aulas de laboratório, por atividades não presenciais, considerando o modelo de mediação de tecnologias digitais de informação e comunicação adequado à infraestrutura e interação necessárias;
> • regulamentar as atividades complementares, de extensão e o TCC;
> • organizar o funcionamento de seus laboratórios e atividades preponderantemente práticas em conformidade com a realidade local;
> • adotar atividades não presenciais de práticas e estágios, especialmente aos cursos de licenciatura e formação de professores, extensíveis aos cursos de ciências sociais aplicadas e, onde couber, de outras áreas, informando e enviando à SERES ou ao órgão de regulação do sistema de ensino ao qual a IES está vinculada, os cursos, disciplinas, etapas, metodologias adotadas, recursos de infraestrutura tecnológica disponíveis às interações práticas ou laboratoriais a distância;
> • adotar a oferta na modalidade a distância ou não presencial às disciplinas teórico-cognitivas dos cursos da área de saúde, independente do período em que são ofertadas;
> • supervisionar estágios e práticas profissionais na exata medida das possibilidades de ferramentas disponíveis;
> • definir a realização das avaliações de forma remota;
> • adotar regime domiciliar para alunos que testarem positivo ou que sejam do grupo de risco;
> • organizar processo de capacitação de docentes para o aprendizado a distância ou não presencial;
> • implementar teletrabalho para professores e colaboradores;
> • proceder o atendimento ao público dentro das normas de segurança editadas pelas autoridades públicas e com espeque em referências internacionais;
> • divulgar a estrutura de seus processos seletivos de forma remota totalmente digital;
> • reorganização dos ambientes virtuais de aprendizagem e outras tecnologias disponíveis nas IES para atendimento do disposto nos currículos de cada curso;
> • realização de atividades on-line síncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica;
> • oferta de atividades on-line assíncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica;
> • realização de testes on-line ou por meio de material impresso entregues ao final do período de suspensão das aulas; e
> • utilização de mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.) para estimular e orientar os estudos e projetos.

Nesse cenário, em 12 de maio de 2020 temos promulgado a Portaria nº 473, onde acontecia a prorrogação do prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, o qual tratava da

autorização, "em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação" (BRASIL, 2020, p. 01). Seguindo a exposição legal, precisamos referendar ainda a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, a qual dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – COVID-19, revogando portarias anteriores.

A partir das proposições de Ball (1992; 1994) e Mainardes (2006) podemos realizar uma análise das políticas públicas estabelecidas e citadas anteriormente, posto que haja evidencias de um processo político "multifacetado e dialético, necessitando articular as perspectivas macro e micro" (MAINARDES, 2006, p. 55). As políticas constituíram um conjunto de textos (representações) e discursos (práticas) (OLIVEIRA; LOPES, 2011, p. 20) que marcavam concepções distintas e divergentes sobre a dinâmica educativa no contexto da COVID-19.

Assim, no contexto de prática aludimos a recontextualização das políticas públicas, sendo implementados movimentos distintos pelas Universidades para manterem suas atividades. Portanto, reiteramos que precisamos apreender, posteriormente, o contexto dos resultados/efeitos e o contexto da estratégia política como reitera Ball (1994). Marcamos nesse viés que "a questão essencial do contexto de resultados/efeito e do contexto de estratégia política é a reflexão profunda sobre questões conjunturais e sobre as desigualdades sociais que são criadas ou reproduzidas pela política ou pelo programa" (MAINARDES, 2006, p. 60).

Nesse momento, gostaríamos de fazer alusão a uma metáfora disseminada pelas redes sociais, quer seja, a comparação do trabalho docente em pleno ápice da pandemia com os músicos do Titanic durante o naufrágio. Ambos, professores e músicos, não pararam em meio ao caos, seguiram firmes na tentativa de cumprir o seu papel social, o que no caso dos professores esperamos estar imbricado a disseminação de um conhecimento plural para o entendimento das problemáticas sociais. É claro, não há belezura em tamanho sacrifício, afinal os discursos desse "novo tempo" têm impactado a subjetividade docente e ainda o trabalho materializado, e em muito o processo educativo ocorrido a serviço "da reprodução da estrutura de valores que contribui para perpetuar uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil" (MÉSZÁROS, 2008, p. 12).

Nas palavras de Magalhães e Moura (2020, p. 52):

> No caso particular da educação, o que se impõe é o "ensino remoto emergencial" que não associa, como elemento constitutivo, o diálogo, a reflexão, o compromisso de transformação; pelo contrário, enfatizam-se ações, como iremos discutir a seguir, com o sacrifício de uma formação sólida capaz de promover a reflexão. Como denunciou Freire, a palavra gradativamente se converte em ativismo.

A realidade social atual salientou a urgência de um processo formativo para os profissionais da educação, de diferentes níveis de ensino, que tratem das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) não apenas como uma instância de treinamento ou passageira nos espaços formativos, mas como uma política que se firma calcada em uma concepção de educação crítica, possibilitando uma (re)formação para a transformação social. Como coloca Silva (2019, p. 09), estamos desejosos de "um projeto de formação de professores que esteja a serviço de uma educação emancipadora". Enquanto autores deste texto, e defensores de uma formação docente crítica, acreditamos que se as discussões em torno das TIC já tivessem se tornado realidade concreta nas instituições

educacionais, o processo – do ensino presencial para o REANP – teria sido menos resvaloso.

É preciso argumentar que a incerteza instaurada no início da pandemia da COVID-19 de imediato atravancou discussões e imobilizou sistemas educacionais, professores e alunos, evidenciando dessa maneira a contradição, pois é preciso salientar que muitas medidas estabelecidas foram aligeiradas, até mesmo como forma de não deixar os sujeitos da dinâmica educativa desamparados e tantos outros fatores, uma realidade que não inibe a crítica, mas torna nossa reflexão neste texto consciente, posto que todos estamos imersos na incerteza atual. Nesse cenário, houve retrocessos, a salientar a retomada de uma formação na Universidade destituída da unidade teoria-prática.

A essa condição precisamos inserir mais um elemento, quer seja, a falta de acesso de professores e alunos a artefatos da tecnologia (computadores, celulares, internet e outros). Segundo dados de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui 40 milhões de pessoas que não fazem uso da rede, sujeitos esses que se encontram em diferentes instituições educativas brasileiras, inclusive na Universidade. Assim, o quadro de reclamações, seguido de pouco ou nenhum auxílio das instituições a professores e alunos, se agravou, afinal como se inserir no REANP sem acesso aos artefatos da tecnologia?

A resposta imediata é que muitos desses sujeitos se viram desamparados e tiveram que abandonar as instituições, corporificando os desejos da lógica hegemônica de uma sociedade pouco ou nada preparada para os enfrentamentos políticos, éticos e estéticos da contemporaneidade. Porém, no que tange a Universidade, é importante salientar que mesmo em meio à incerteza nunca parou, ou mesmo deixou desamparado professores, alunos e pessoal administrativo, pelo contrário, fomentou a contradição na busca pelo entendimento do contexto atual e buscou, e ainda o tem feito, por caminhos para manter-se ativa e crítica a qualquer tipo de opressão.

Desde que surgiu no século XIII a Universidade, enquanto instituição social, tem traçado uma luta para resguardar sua autonomia, como reitera Chauí (2003, p. 06) "se percebe [a Universidade] inserida na divisão social e política e busca definir sua universalidade (imaginária e desejável) que lhe permita responder as contradições, impostas pela divisão social".

> Uma avalanche de decisões compulsórias, com total descrédito a cientistas e a instituições de pesquisa e de ensino no Brasil, desde o início do pleito presidencial de 2018, com a atual conjuntura política no governo federal têm nos levado a sair de uma suposta "zona de conforto" e a buscar reafirmar as nossas convicções, não só acadêmicas, mas sociais: exercer a cidadania em uma república democrática de representatividade ainda frágil e juvenil, mas ainda o melhor regime de governo que a humanidade já viu. A hercúlea batalha contra a pandemia da COVID-19 mudou a estrutura política, social, econômica, científica, religiosa, educacional e cultural do mundo inteiro. Embora seja a maior onda contaminatória do século XXI, o Estado brasileiro infelizmente tem padecido como sendo o atual (25.05.20) epicentro da pandemia na América, ao lado dos Estados Unidos, sob a bandeira do negacionismo de boa parte dos representantes do governo federal (SILVA, 2020, p. 02).

Portanto, a COVID-19 tem transformado o homem, as relações sociais e o conhecimento. Construções, utopias e inovações têm emergido de uma conjuntura social em crise, e fragilizado cognição e

emoção, urgindo por um senso coletivo de solidariedade, onde possamos ser ajudados sem pedir ajuda, e ainda escutados, entendidos e vistos como reitera Dowbor (2008).

Trabalho docente na Universidade: práxis ou alienação?

Alinhado ao objetivo da discussão que desenvolvemos neste texto, acreditamos ser importante elucidar a urgência do trabalho docente em tempos de incerteza como uma luz que irradia possibilidades de entendimento, através do conhecimento sistematizado pela humanidade ao longo do tempo e das inconstâncias do mundo. Assim, somos defensores de um movimento docente ativo durante a pandemia, mas contrários a qualquer imposição que tenha cerceado a autonomia docente, ou ainda, buscado marcar o corpo desses com uma narrativa trabalhista de exploração.

Nesse sentido, seguimos argumentando acerca do que seja o trabalho docente, afinal o que marca o profissionalismo e a profissionalidade docente? E ainda, como a pandemia da COVID-19 afetou o profissionalismo e a profissionalidade docente?

Percebemos a centralidade nos professores pelas demandas das políticas públicas, sobretudo atacando a formação desses profissionais, com vista a uma formação descompromissada, ou melhor, de qualidade total. Os dilemas e desafios da formação para a docência são inúmeros, sobretudo na Universidade, sendo preciso resguardar e materializar (no bojo da contradição) um processo educativo emancipador, como já reiteramos neste texto.

> Pela natureza do seu trabalho, considera-se que o professor necessita vivenciar uma formação de natureza científica, artística, ética e técnica, de elevado nível, que impõe, portanto duas atividades de prática e teoria. O intuito é construir o sentido de práxis como ação transformadora, sustentada pelo conhecimento da realidade e reflexão, fortalecendo o sentido histórico da ação educativa a favor da emancipação (SILVA, 2019, p. 08).

O objetivo é (re)definir os horizontes da formação de professores, inicial e continuada, com vista a um trabalho docente consciente. É esse exercício que conseguirá fomentar, ou mesmo abrir frestas para a contradição, e "formar o homem revolucionário, trabalhador consciente das suas potencialidades históricas e envolvido na luta pela transformação social" (LIPOVETSKY, 2011, p. 55). Afinal, somos conhecedores de que para as políticas neoliberais

> [...] importa menos a democratização e o acesso ao conhecimento e a apropriação dos instrumentos necessários para um desenvolvimento intelectual e humano da totalidade das crianças e dos jovens e mais efetivar a expansão quantitativa da escolaridade, mesmo que seus resultados sejam de uma qualidade empobrecida (CONTRERAS, 2012, p. 23).

A análise, nessa conjuntura, é de que não conseguimos tecer reflexões acerca do processo educativo e do próprio trabalho dos profissionais da educação superior brasileira sem ponderarmos acerca da "realidade socioeconômica, à luta de classes que a caracteriza e a sustenta, bem como à ligação orgânica entre o pensamento e a ação" (LIPOVETSKY, 2011, p. 55). Nesse sentido, para a compreensão do trabalho docente no contexto da COVID-19 é preciso contextualizar as mudanças e imposições, e sobremaneira entender que as

mesmas não são/estão estáticas, mas em reconfiguração.

Com o advento da pandemia, os trabalhadores das Universidades se viram entre a Educação a Distância e o ensino remoto, entre atividades síncronas e assíncronas. E o que isso significava? Significava mais trabalho, nesse momento aligeirado e pouco reflexivo, o que é um risco para concretização de uma práxis transformadora. Esse movimento (re)organizou a atividade docente, afetando a objetividade e a subjetividade dos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem.

O fechamento das Universidades e a impossibilidade de realização do trabalho docente presencial impactou a concretude da práxis. Presenciamos, nesse viés, um debate que dissociava teoria e prática, impondo em determinados momentos um saber-fazer da docência destituído de um e outro. Mas, podemos ainda nos questionar: como materializar a práxis, para além de um trabalho alienado, na conjuntura do trabalho docente atual (ensino remoto e híbrido)?

É com clareza, de pesquisadores-professores da Universidade, que ponderamos ser esse caminho de difícil acesso, já que as forças atuantes estão impondo a dissociação entre teoria e prática – e não é de agora –, nos espaços formativos. Por outro lado, há uma demanda de que sejamos produtores livres e busquemos medidas para o enfrentamento que se aproxima de uma nova educação poética, uma nova escuta poética como reiteram Antônio e Tavares (2020).

> Como afirmou Ball (2012, p. 16), no ensino remoto "o coração do projeto educacional é aberto e esvaziado", pois a formação não consolida a relação teoria e prática o que inviabiliza a relação entre princípios filosóficos, teóricos e epistemológicos, como promotora de socialização, cooperação, até justiça social e igualdade. Dessa forma, alteram-se várias dimensões do processo ensino-aprendizagem, da formação docente e da própria subjetividade dos professores, como: ética, autonomia, linguagem, moralidade partilhada, criatividade e sensibilidade, e ainda seguem alterando pensamentos sobre a profissão, sobre a própria imagem do professor, seu senso de eu e autoestima, num ciclo que quebra a autenticidade da docência. E, no sentido da práxis, perde-se o investimento no esforço partilhado para entender as diferenças e divergências que se fazem presentes na sala de aula presencial. Afinal, que sala de aula é essa on-line? A pandemia segue, sozinha já representa alto nível de estresse para os docentes, envolvendo desde sofrimentos pessoais ou coletivos, perdas e lutos, que por si só já tornariam a maioria dos professores pouco combativa, pois todos estão em desconforto emocional. Sensação que acaba sendo associada a imposição da performatividade e do gerencialismo (BALL, 2012), como gêmeos incansáveis e implacáveis na alteração e manutenção da existência subjetiva dos docentes (MAGALHÃES; MOURA, 2020, p. 63).

A jornada de trabalho ampliada, agora com o movimento de produção de vídeos, postagens em plataformas e produção de roteiros de atividades, somado a reuniões diversas e longas acerca da (re)estruturação dos cursos e ao trabalho plural já instituído pela natureza e consenso da Universidade, e que não diminuiu, tem oportunizado uma performance muitas vezes esvaziada, não pela falta de compromisso dos envolvidos, mas pela dificuldade de entendimento dos processos de ensino-aprendizagem. Podemos inferir que as tarefas são muitas, mas os significados reduzidos, e quando destacados estão desordenados, pelo fator que consideramos anteriormente.

Como resultado de todo esse contexto, acreditamos que os dados que provierem demonstrarão, entre tantos fatores, o abandono e a redução do número de matrículas nas Universidades brasileiras (elemento um); bem como elevados casos de desgaste e fadiga profissional (elemento dois).

No caso do elemento um temos atrelado às condições socioeconômicas dos sujeitos, que constituem empecilho para a permanência nos espaços de forma remota (on-line), somados a dificuldade de muitos discentes a lidarem com os artefatos da tecnologia, uma problemática também dos docentes, afinal como já reiteramos neste texto desconhecíamos diferentes ferramentas, a citar Zoom, *Google Meet*, *Google Classroom* e tantos outros que poderíamos citar aqui. A resolução dessa problemática é de natureza social, é preciso de uma distribuição de renda outra para que os sujeitos consigam formação e acesso aos artefatos da ciência e tecnologia.

Para o elemento dois podemos ponderar que o adoecimento docente tem se agravado no contexto da COVID-19, muito pela ampliação da jornada de trabalho e da cobrança excessiva das Instituições, o que está ligado à burocratização dos processos pedagógicos com o preenchimento de diferentes formulários indicativos do trabalho no contexto remoto e o discurso de um trabalho ativo com o uso de diferentes ferramentas tecnológicas que os professores desconhecem a funcionalidade, dentre outras questões.

Nesse cenário precisamos ponderar a relação com o problema do desemprego vivenciado por diferentes atores da dinâmica educativa, sobretudo em Instituições de Ensino Superior Privadas, alinhado a urgência de sobrevivência desse professorado em um contexto de incerteza. Assim, como constituir-se dinâmico, autônomo, sensível e político em meio à diminuição da carga horário de trabalho e o excesso de cobrança das Instituições? De imediato podemos argumentar uma impossibilidade para a materialidade de um professor intelectual orgânico nessa conjuntura, porém como contradição, e o fato de constituirmos professores de ensino superior aludimos que muitos, pelo compromisso social e político com a profissão, conseguiram! A linha de chegada esteve longínqua, o caminho árido e turbulento, porém a força humana coletiva a favor da transformação social resultou em processos pedagógicos na Universidade exitosos, claro que um resultado alinhado ao contexto atual.

> Novas concepções emergem. Reconhecem a complexidade do homem e do mundo, irredutível a algumas fórmulas abstratas. Religam os conhecimentos – entre si e com a relação à vida. Transcendem a ruptura entre sujeito e objeto, repensam a cientificidade e recontextualizam as ciências. Reconsideram a relação entre cultura e natureza. Procuram recriar a racionalidade, para que seja capaz de reconhecer seus limites e a necessidade de se abrir para as outras vozes que pensam e expressam o humano e o natural. Essas concepções reconhecem a unidade entre o cognitivo e o afetivo. E reconhecem a necessidade vital de educar os sentimentos e a imaginação: despertar a inteligência e a sensibilidade adormecidas. E a necessidade de reaprender a pensar. E a necessidade de uma conversão ética: não dissociar o conhecimento de sua destinação humana (ANTÔNIO; TAVARES, 2020, p. 102-103).

Por fim, é preciso considerar a urgência de uma reflexão no espaço da Universidade sobre a ideia do retorno presencial das aulas, o que em muito implicará na (re)organização do currículo das formações. Como reitera Silva (2020), precisaremos de um currículo de transição no pós-pandemia, e para que esse se efetive de forma leve, sem prejuízos à saúde física

e emocional de professores-alunos é preciso traçar, no agora, diálogos incessantes para (re)escrita dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), no sentido de realinhar os objetivos da tarefa educativa e formativa na Universidade.

Considerações Finais

Na reflexão do trabalho docente que empreendemos neste texto é oportuno considerar que a aula no sentido da formação/emancipação é totalmente diferente do "aulismo", no sentido trabalhista e de perspectiva do capital, que foi instaurado em muitas das IES, no contexto do REANP. A supremacia de um professorado explicador, em detrimento de um que atue para a emancipação social, não pode ganhar força, afinal precisamos resgatar as nuances críticas que constituem o trabalho na Universidade. Assim, defendemos com Antônio e Tavares (2020, p. 102) que "movemo-nos entre ruínas, que não repousam. Ao mesmo tempo, sinais de renascimento se multiplicam. Heracliteanamente, a crise é também criadora. Novos campos de possíveis se configuram, novas esperanças", afinal, margeamos enquanto professores-pesquisadores a utopia do possível.

Por fim, alicerçados na concepção de educação crítica, abordamos ainda que as categorias do materialismo histórico dialético, a citar: trabalho, alienação, ideologia, classe social, contradição, negação, totalidade, universalidade, mediação, infraestrutura e superestrutura, são oportunas para leitura do trabalho docente na Universidade, em suma dos nexos internos e contraditórios do mesmo, possibilitando a compreensão crítico-reflexiva, por exemplo, da natureza da aula universitária remota.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, S.; TAVARES. K. **O voo dos que ensinam e aprendem**: uma escuta poética. Cachoeira Paulista, SP: Passarinho, 2020.

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the "implementation" of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, v. 24, n. 2, p. 97- 115, 1992. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/248986176_Subject_Departments_and_the_Implementation_of_National_Curriculum_Policy_An_Overview_of_the_Issues. Acesso em: 15 mar. 2021.

BALL, S. J. **Education reform**: a critical and post-structural approach. Buckinghan: Open University, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 25 de set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 345, de 19 de março de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-345-de-19-de-marco-de-2020-248881422?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3DPortaria%2520345%2520de%25201 9%2520de%2520mar%25C3%25A7o%25 20de%25202020>. Acesso em: 25 de set. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação. Parecer nº 5, de 28 de abril de 2020. Disponível em: < https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN52020.pdf?query=covid>. Acesso em: 25 de set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 473, de 12 de maio de 2020. Disponível em: < https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-473-de-12-de-maio-de-2020-256531507>. Acesso em: 25 de set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 544, de 16 de junho de 2020. Disponível em: < https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 25 set. 2021.

CHAUÍ, M. A Universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002. Acesso em: 15 mar. 2021.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DOWBOR, F. F. **Quem educa marca o corpo do outro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMIDE, A. G. V. Políticas da Unesco para formação de professores no Brasil: uma leitura da desqualificação da educação brasileira. **Cadernos de pesquisa**, n. 11, v. 7, 2010. Disponível em: https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs/cad_pesq11/7_politicas_da_unesco_cp11.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

LIPOVETSKY, N. **Formação e trabalho docente**: da crítica ideal à crítica construída. 2011. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFG, Goiânia, 2011.

MAGALHÃES, S. M. O.; MOURA, S. A. T. Intervenções discursivas na subjetividade docente em tempos de pandemia COVID-19. In: SUANNO, M. V. R.; ROSA, S. V. L.; TEIXEIRA, R. A. G. (Orgs.). **Formação, profissionalização docente e trabalho educativo.** Goiás: MC&G Editorial; UFG, 2020.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição a análise das políticas educacionais. **Educ. Soc**., v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003. Acesso em: 15 mar. 2021.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2008.

NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia:** estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, A.; LOPES, A. C. A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso. **Cadernos de Educação**, n. 38, p. 19-41, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1541/1448. Acesso em: 15 mar. 2021.

SILVA, K. A. C. P. C. **Epistemologia da práxis na formação de professores:** perspectiva crítico-emancipadora. Campinas: Mercado das Letras, 2019.

SILVA, F. T. Currículo de transição: uma saída para a educação pós-pandemia. **EDUCAAmazônia**, v. XXV, n. 01, p. 70-77, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/7666/5363. Acesso em: 15 out. 2021.

SOUZA, R. C. C. R.; MAGALHÃES, S. M. O.; GUIMARÃES, V. S. Método e metodologia na pesquisa sobre professores(as). In: SOUZA, R. C. C. R.; MAGALHÃES, S. M. O. (Orgs.). **Pesquisas sobre professores(as):** métodos, tipos de pesquisas, temas, ideário pedagógico e referenciais. 2. ed. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2014.